

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: APROXIMAÇÕES AO DEBATE SOBRE CAPACITISMO E OS DESAFIOS DA PEDAGOGIZAÇÃO

STRUCTURAL VIOLENCE AND SOCIAL REPRESENTATION OF PERSON WITH DISABILITY: APPROACHES TO THE DEBATE ABOUT ABLEISM AND THE CHALLENGES OF PEDAGOGIZATION

RAFAEL GOMES¹

RESUMO

Este trabalho busca trazer aproximações ao debate sobre violência estrutural (Galtung, 1969); (1984) e a representação social da pessoa com deficiência (Pessoa, 2018), do capacitismo e do desafio que envolve formar professores e discentes para além do ambiente escolar/acadêmico. Nesse sentido, foi feita uma pesquisa de cunho exploratório através de um questionário (*survey*) com 10 perguntas feitas para os estudantes do curso de Jornalismo da disciplina de Jornalismo Digital I da Unesp/Bauru para saber se, de fato, as concepções que envolvem as pessoas com deficiência encontram barreiras tanto do ponto de vista pedagógico, quanto da profissão de jornalista.

Palavras-chave: Violência Estrutural, Capacitismo, Representação, Jornalismo

Introdução

Em uma rápida busca pelo Google, ao buscar imagens que retratem pessoas com deficiência o algoritmo é taxativo na maioria das fotos e nos retratos que aparecem, o resultado é sempre o mesmo: pessoas em cadeira de rodas. Para além de discutirmos o que a tecnologia representa por trás da ferramenta de buscas e o que ela considera como tal ou não, é fato que midiaticamente quando se fala em PCD (pessoas com deficiência) a imagem de um cadeirante é preenchida quase que instantaneamente.

Mas, por que se faz essa associação? Ou melhor, por que esse é o modelo de representação social e, conseqüentemente, midiática da pessoa com deficiência? Barthes (1982) nos diz que quando se constrói um modelo, uma ideia sobre um objeto e um fato, esse já está inserido dentro de uma mitologia e como tal, preconceituosa porque ela busca retratar através de generalizações, o conceito que a sociedade construiu sobre esse elemento. Um exemplo que se encaixa perfeitamente com a compreensão de violência estrutural proposta por Galtung (1984).

¹ Doutorando em Comunicação pela UNESP/Bauru. Mestre em Comunicação Midiática pela UFSM/RS. Graduado em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela UFS-SE e Licenciado em Letras - Português/Inglês pela Unicesumar-Maringá. Professor do curso de Jornalismo da Unemat-TGA e do Ensino Básico do Estado de Mato Grosso-MT.

E quando falamos midiaticamente, como ela se apresenta na prática? Silveira (2004) nos diz que a representação midiática ocorre antes mesmo da chegada dos meios de comunicação e de sua massificação. Porque esse é um processo dinâmico quando nos referimos a uma pessoa com deficiência, por exemplo, essa ideia já está inculcada, visualizada mentalmente e por isso mesmo midiaticizada por nós.

Em se tratando de deficiência, mostramos que há todo um percurso histórico. Sônia Pessoa (2018) explica que a concepção de deficiência desde o início dos tempos a tratou invariavelmente através de violências, da morte até a construção linguística a fim de desprivilegiar a pessoa com deficiência, na contemporaneidade vemos que esse processo foi incorporado até mesmo por algoritmos e sistemas de I.A. O nosso desafio, ao que parece é partir cada vez mais para uma literacia midiática que combata formas de reverberar essas estruturas de violência pois, a sociedade a pratica sem perceber suas diversas formas de ocorrência.

Assim sendo, será que existe alguma forma como o jornalismo pode ser um recurso a fim de auxiliar nas formas de representação da pessoa com deficiência? Esse é um dos desafios da proposta deste artigo. O objetivo desse trabalho é realizar uma pesquisa de conhecimento sobre as visões dos estudantes da disciplina de Jornalismo Digital, 3º ano de curso de Jornalismo da UNESP do ano de 2023/2024 sobre a pessoa com deficiência. Com isso, o artigo se propôs a realizar uma pesquisa exploratória para conhecer um pouco mais sobre de que forma o ambiente acadêmico pode ajudar os futuros profissionais a trabalhar com contextos que envolvem a representação social da pessoa com deficiência no contexto midiático.

A partir de um *survey* realizado entre os alunos das turmas matutino e noturno e também de uma revisão de literatura sobre as temáticas que envolvem a violência estrutural, representação social e a representação midiática da pessoa com deficiência, pretende-se assim, apontar caminhos no intuito de fomentar discussões sobre representatividade da pessoa com deficiência na produção de matérias pelos futuros profissionais da comunicação.

Violência estrutural: de onde partimos

Reconhecer que quando se fala da compreensão que se tem ao pensar em uma pessoa com deficiência e, instantaneamente, ver a imagem de uma pessoa cadeirante não é só um exemplo de representação social que fazemos a respeito. Também é uma forma de violência, ou uma violência estrutural. Galtung (1984) discorre em suas pesquisas sobre a violência indireta, a que futuramente vai denominar de estrutural ou sistêmica. De acordo com o autor, ocorre sobretudo quando uma estrutura social, organização, instituição imbuída e/ou revestida de autoridade socialmente constituída tem potencial para prejudicar as pessoas. Nesse tipo de violência é possível reconhecer as vítimas, mas não, os seus agressores.

Minayo (2006), por sua vez, entende que a violência estrutural é caracterizada pelos processos sociais que contribuem para a reprodução da fome, da miséria e de outras desigualdades, entre elas envolvendo questões com gênero, raça, LGBTQIAP+, entre outras, porque em geral, ela é perpetrada por meio de movimentos sócio-históricos e, como resultado, estabelece uma relação entre dominantes e dominados.

Ainda, de acordo com Coelho *et al* (2014, p. 14):

Esse tipo de violência é entendido como aquele que oferece um marco à violência do comportamento e aplica-se tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte.

Galtung (1984), por sua vez, entende que a violência estrutural cria uma dinâmica que a torna complexa. Para o autor, é complicado estabelecer uma ligação entre os atores envolvidos no contexto da violência estrutural porque ela é baseada, sobretudo, nas relações que envolvem domínio e poder (Arendt, 2013). Lopes (2013) explica que a violência estrutural é um dos estudos mais importantes da obra do autor norueguês e ainda afirma que há outros agravantes.

[...] afirmar que a relação sujeito-ação-objeto não é clara não significa, necessariamente, afirmar que ela não exista, como se a referida violência fosse um acontecimento de tipo permanente, natural e atemporal. Mas significa afirmar que a (enorme) diversidade de fatores que a influenciam não pode (e não deve) ser facilmente domesticada em um esquema simplificador de causalidade direta, sob o risco de se perder de vista a complexidade do fenômeno (Lopes, 2013, p. 4).

Para refletir a respeito, basta pensarmos sobre a escravidão. Se por um lado a violência direta tinha por objetivo punir os escravos por meio de maus tratos, espancamentos e torturas, por outro, a estrutura social que vigorava também representava essa relação de violência. O indivíduo escravizado (negro ou indígena/ povos originários) não era considerado cidadão. Por conta disso, todo e quaisquer meios que visassem a concessão de dignidade ou direito ao escravizado nunca se efetivava.

Outro elemento que podemos trazer nesse debate, diz respeito à pessoa com deficiência (PCD) Sônia Pessoa (2018, p. 48-49) nos diz que a construção linguística adotada, inclusive, pelos dicionários reforça e reverbera formas de atacar/reconhecer uma pessoa com deficiência, assim a sociedade incorporou termos para definir e ao mesmo tempo, não conseguiu criar outros termos para conhecer e se reconhecer nesse processo, por isso a autora fala que palavras como débil, aleijado, inválido são só a ponta do iceberg:

Portanto, se, por um lado, termos como retardado, idiota, imbecil e deficiente, poderiam revelar o medo, a estranheza e a incerteza de como lidar, incorporar e incluir a Pcd, chegando muitas vezes à rudeza, à crueldade e à exclusão, como mostrou o exemplo supracitado, por outro lado, revelam também a ignorância e o despreparo para encarar o outro e assumir - ele, ou ela, ou ele/ela, é diferente de mim, mas nem por isso é menos do que eu (Pessoa, 2018, p. 50).

Nesse sentido, entendemos também que esse processo não é de toda forma intencional. Como a literatura se tratou de conhecer e retratar a pessoa com deficiência através desses termos, naturalmente compreende-se a colocação de Galtung (1969) ao explicar que a violência estrutural se coloca de meios quase invisíveis para não ser reconhecido como violência. Fato assim o é, que só mais recentemente, passamos a retomar termos e palavras como "aleijado", ou "Fica claro" pois, passou-se a considerar que além de reforçarem traços de racismo estrutural, também incorporam tais violências.

Conti (2019) explica que uma das causas da dificuldade em se reconhecer a violência estrutural na sociedade se deve ao seu caráter impessoal. Ou seja, possui a potencialidade de atingir a todos com igual força sem que seja percebido. Isso ocorre porque esse tipo de violência leva muitos anos até ser reconhecido como tal. Vamos tomar como exemplo os seguintes dados

salariais para quem se declara branco e negro feito pela última pesquisa sobre desigualdades raciais pelo IBGE. Em 2017, último ano de divulgação da pesquisa, o salário médio de um homem branco no Brasil era de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) enquanto, o de quem se declarava preto era de R\$ 1.570,00 (mil, quinhentos e setenta reais)².

Mais de 130 anos após a libertação dos escravos no Brasil percebemos como ainda é difícil transformar socialmente essa estrutura, ainda que certos esforços para tentar reduzir essa discrepância tenham e venham sendo feitos. Duran (2021) explica ainda que a violência estrutural é estática. Ou seja, ocorre sem que os atores sejam identificáveis, mas são operacionalizados indistintamente e, por isso mesmo, imperceptível pelos interagentes afetados por ela.

E sobre o PCD? Pessoa (2018) novamente faz questão de nos lembrar de algo mais contemporâneo. Quando as ferramentas de busca representam a pessoa com deficiência invariavelmente como uma cadeirante, demonstra-se que os meios digitais e os algoritmos incorporaram tais elementos estruturais de violência. Dessa forma, poderíamos também trabalhar a concepção de disrupção (Stiegler, 2019) na forma da representação digital da violência estrutural.

Assim, vale retomar o pensamento de Galtung (1969) ao explicar que a violência estrutural também precisa considerar os contextos em que elas ocorrem. Vejamos o seguinte caso: Tome-mos novamente como exemplo o caso da escravidão. No Brasil, nos séculos XV até o século XIX, a escravidão era institucionalizada. Mesmo com a assinatura da Lei Áurea em 1888, não foi possível desestruturá-la ou deslegitimá-la.

Muito pelo contrário, em março de 2023, casos análogos aos da escravidão ocorridos no estado do Rio Grande do Sul foram noticiados³. Desde 1995 até 2022, o governo brasileiro encontrou aproximadamente 60 mil pessoas nessas condições⁴. Nesse sentido, as afirmações de Galtung (1971) sobre os contextos e os entornos que circundam a vida dos indivíduos ainda reverberam violências institucionalizadas.

Conti (2019, p. 107) lembra também que um dos fatores que ainda permitem a existência de trabalhos análogos à escravidão se deve à capacidade da lei enfrentar esse comportamento muito mais como uma mudança na mentalidade social. O mesmo pode ser dito em respeito às estruturas organizacionais quando, não raro homens e mulheres, mesmo em suas mais diversas competências ainda recebem tratamento desigual em relação à salários, etarismos, entre outros.

Teoria da Representações: afinal do que estamos falando?

O que torna o algo fora do comum, o pitoresco que transborda a normalidade? Traquina (2012) ao trabalhar em Teorias do Jornalismo os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, o autor nos diz que o inesperado e o que foge à ordem natural das coisas (ou ao controle dos

2 Dados em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em 16 jun 2024.

3 Dados em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-se-sabe-sobre-caso-de-trabalho-an%C3%A1logo-%C3%A0-escravid%C3%A3o-no-rs/a-64865707>. Acesso em 15 jun 2024.

4 Dados em: <https://www.camara.leg.br/noticias/949504-brasil-bate-recorde-de-trabalho-escravo-e-deputados-sugerem-propostas-forca-tarefa-e-ate-cpi/#:~:text=%E2%80%9CO%20trabalho%20escravo%20contempor%C3%A2neo%20existe,em%20trabalho%20an%C3%A1logo%20%C3%A0%20escravid%C3%A3o>. Acesso em 12 jun 2024.

acontecimentos da redação) há um potencial muito grande de ser noticiável. Mas será que o mesmo pode ser dito e assimilado por outras questões que não apenas notícia?

Dito de outra forma, como a nossa relação com algo que não nos é comum se manifesta a partir das representações que construímos e, porque não dizer, a partir das mediações que fazemos a respeito (Braga, 2012)? Por que nos causa estranheza olhar para uma pessoa com a falta de um membro, ou paraplégica? Embora vejamos isso com certa naturalidade no contexto atual das relações sociais e produções midiáticas, não se pode dizer que ela não cause estranhamento quando deparamos com essas situações.

Isso ocorre porque a sociedade cria tipos, configura modelos mitifica situações (Barthes, 1982). Ao criar modelos representamos tipos ideais tanto de experiências sociais quanto expressões midiaticamente criadas (Silveira, 2004). Se isso não fosse o suficiente, autores como Ki-Zerbo (2010) ao se reportar à história africana mostra como os costumes, a cultura, a moral ajudou a moldar e a criar ideais de sociedade, do homem, da mulher, entre outros.

Jodelet (2001) nos mostra que representar socialmente algo, uma pessoa, um modelo de sociedade é muito mais do que tipificar um ideal de beleza, ou certo ou errado. Afinal, para o autor, a representação social deriva diretamente de uma vivência prática. É por isso que para ele, a representação tende a transformar algo que é estranho em familiar aos nossos olhos.

É por isso que autores como Moscovici (1978) afirma que a representação social é, nada mais nada menos, do que o senso comum que temos sobre determinado tema e por isso mesmo, recheadas de crenças, ideologias e preconceitos influenciados pelas interações sociais desenvolvidas por todos de uma sociedade. Não é à toa que visões construídas sobre as pessoas com deficiência acabam sendo exemplos desse comportamento social.

Porque como diz Jodelet (2001) a representação seria:

[...] um ato do pensamento pelo qual o sujeito se reporta ao objeto. Não há representação sem o objeto. [...] a representação mental traz a marca do sujeito e de sua atividade [...] que comportam uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito (Jodelet, 2001, p. 22-23).

Ou seja, é o terreno do simbólico que produz o significado e por isso mesmo cria a imagem que socialmente é conhecida e reconhecida. Quando pensamos que para uma pessoa portadora de necessidades especiais é difícil participar de uma atividade esportiva e essa pessoa em especial consegue, nossas crenças são postas à prova. Porque somos levados sempre a considerar que essa não é uma possibilidade que deve ser contemplada por alguém que se encaixe nesse padrão.

E nesse sentido como pode se compreender por que passa a pessoa com deficiência sendo estigmatizada tanto pela forma como são construídas e representadas tanto social quanto midiaticamente? Afinal, segundo Moscovici (1978) e Jodelet (2001) entender como ocorre essa representação também é entender o homem como ser social, carregado de objetificações e subjetivações sobre tudo e todos. Por isso mesmo, Carvalho (2007) apresenta um desafio que nosso olhar deve se ater ao tratar da pessoa com deficiência:

Compreender o significado da deficiência, entender o que significa ser e sentir-se diferente ou pessoa com deficiente, conhecer a experiência de conviver com a pessoa com deficiência, são questões humanas complexas que necessitam de um olhar mais abrangente, para além da dimensão física, e intelectual, contemplando múltiplos aspectos: emocional, ético e sociocultural (Carvalho, 2007, p. 39).

De acordo com Sônia Pessoa (2018) esclarece que a compreensão sobre deficiência, adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a representação social dela, mas não uma ruptura (p. 38). Quer dizer com isso que percebemos essas questões mediante as limitações e não pela própria natureza. E, dessa forma, faz sentido entender porque diversos elementos sociais reconhecem a representação da deficiência de forma limitada.

Por isso a dificuldade de sobressair ao pensamento generalizante sobre a pessoa com deficiência. Quando, no início deste trabalho se apresenta a visão que a barra de buscas do google apresenta para representar a pessoa com deficiência esta, utiliza de suas ferramentas de geração automatizadas, algoritmos e dados que traduzem esse pedido e nos apresentam uma miscelânea de imagens que mostra a pessoa com deficiência.

Um ponto fundamental nesse processo é considerar que são pessoas comuns que realizam a programação destes espaços. Essas pessoas possuem preconceitos, carregam em si seus ideais de representações e ideologias mitificadas pela própria criação (Moscovici, 1978; Barthes, 1982). Razão pela qual quando se digita na barra de buscas “pessoas com deficiência”, em grande parte do resultado você verá pessoas em cadeiras de rodas.

E isso tem uma razão de ser, de acordo com Carvalho (2007):

A dificuldade de se olhar ou de se aproximar de pessoas que geralmente são rotuladas e estigmatizadas no contexto social em que estão inseridas. Como também, a dificuldade em lidar com as suas próprias limitações e sentimentos e a rejeição de seus perfis humanos diferentes. Compreende-se dessa forma, que a nossa matriz cultural de normalidade permite divergência e contradições quando nos referimos a própria formação do indivíduo no contexto sociocultural que está inserido (Carvalho, 2007, p. 40).

Assim, percebe-se que para entender primeiro como profissionais de comunicação, de que forma a academia pode contribuir para tentar criar novas formas de se pensar a deficiência tanto envolvendo o ambiente acadêmico quanto fora dele. Se vê a necessidade de conhecer em um primeiro momento, como a representação social e, por consequência a representação midiática se inserem nesse contexto.

O capacitismo

Não é possível abordarmos o papel da representação da pessoa com deficiência sem reconhecer o que pensamos sobre as potencialidades que cada uma delas possui ao desempenhar funções que não seriam possíveis mediante as dificuldades psíquicas, motoras ou sociais que suas condições às permitem. A isso, damos o nome de capacitismo.

De acordo com Campbell (2004) o desafio entre as pessoas em seu contexto geral frente às pessoas com deficiência é considerar que elas sejam capazes de fazer coisas tão bem quanto as “pessoas normais”. É de interrogar-se sobre se isso seria possível. Outros autores como Marchesan e Carpenedo (2021) afirmam que são atitudes que expressam preconceito e discriminação direcionado às pessoas com deficiência. E isso se expressa através de uma cultura que é disseminada em todos os âmbitos sociais da pessoa com deficiência.

Vendramin (2019) vai mais além:

[...] Está relacionado a uma compreensão normatizada e autoritária sobre o padrão corporal humano, que deflagra uma crença de que corpos desviantes serão conseqüentemente insuficientes, seja diminuindo seus direitos e mesmo o direito à vida em si, seja de maneira conceitual e estética, na realização de alguma tarefa específica, ou na determinação de que essas sejam pessoas naturalmente não saudáveis. A relação de insuficiência desses corpos é projetada sobre os sujeitos que são fixados como incapazes devido à sua condição, assim, sem que se faça menção aos fatores ambientais, relacionais, sociais e de variação de possibilidades, que envolve o fato de alguém poder fazer algo ou não, ou ter capacidade para determinada coisa (Vendramin, 2019, p. 2).

A autora mostra que por trás da iniciativa de se buscar dar resposta a esses anseios sobre uma sociedade mais inclusiva, o discurso do politicamente correto, da acessibilidade como meio a dar sustentabilidade a uma visão de sociedade mais igualitária constantemente pode recair em um pedantismo. Ou, no estereótipo da acessibilidade (p. 3).

Isso quer dizer que os discursos contemporâneos sobre a inclusão esbarram em um choque de culturas. Para a autora a visão representativa da pessoa com deficiência, a necessidade de se encontrar respostas à modelos arquitetônicos que buscam saídas igualitárias aos acessos, ao mesmo tempo em que se busca encontrar saídas à questões que envolvam a hipervisibilidade e a não-visibility das pessoas com deficiência (Kuppers, 2004) criam contextos em que o capacitismo se transborda entre os preconceitos estabelecidos tanto para àqueles que não sejam portadores de necessidades especiais quanto para os que são.

E nesse sentido, como fica essa situação a partir da sua dimensão pedagógica? Santos e Souza (2021) afirmam que, nos últimos anos, o Ministério da Educação vem exigindo dos departamentos de ensino que repensem suas práticas pedagógicas para a inclusão de pessoas com deficiência em seus espaços. Ainda que, de acordo com Mazzotta (2005), as primeiras iniciativas nesse sentido remontem o século XIX.

Para as autoras, a visão de que a inclusão das Pessoas com Deficiência na produção de conhecimento ainda é reflexo, sobretudo das visões das classes dominantes sobre quem detém o poder de ensinar para quem tem condições de aprender nesse processo. Pois, segundo as professoras:

Na trajetória em busca da inclusão escolar das pessoas com deficiência, na maioria dos casos a exclusão presenciada era e ainda é considerada como resultado das concepções negativas sobre a deficiência, tanto em termos médicos quanto sociais. As tentativas de romper com a abordagem médico - terapêutica, que mantinham a escolarização dessas pessoas isoladas em escolas especiais (Damasceno, 2011), resultou na vagarosa introdução do público-alvo da Educação Especial nas escolas de ensino regular, proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996 (LDBEN) (Santos & Souza, 2021, p. 4).

As professoras salientam que no âmbito escolar essas concepções são disseminadas tanto pelos professores quanto pelos alunos e que isso já começa bem antes mesmo das propostas pedagógicas. Para as autoras começa já na escola ou na faculdade em que os alunos são obrigados a se adaptar a estrutura como um todo e não o contrário (p. 7).

Além disso, outros autores como Santos *et al* (2018) afirmam a necessidade da boa formação dos professores. Para os autores só se começa a ampliar questões que envolvam melhoria na forma como se enxerga a pessoa com deficiência, e do capacitismo em ambiente escolar quando os professores saem das faculdades tendo consciência do seu papel junto à promoção de um ensino mais igualitário.

Pesquisa exploratória: os estudantes de Jornalismo da Unesp/Bauru

A partir das concepções iniciais sobre representação social e midiática da pessoa com deficiência, das conceituações prévias sobre capacitismo e como eles se manifestam na sociedade e também no ambiente escolar. No intuito de conhecer um pouco mais sobre como isso ocorre no ambiente do ensino superior. Este trabalho resolveu fazer uma pesquisa de cunho eminentemente exploratório envolvendo os estudantes do terceiro ano da disciplina de Jornalismo Digital I, do curso de Jornalismo da UNESP/Bauru.

A razão pela qual foi escolhido os alunos foi porque o docente, em uma das conversas envolvendo os estudantes sobre o papel da inclusão e acessibilidade nas redações jornalísticas foi levantada diversas questões que culminavam sobre as percepções que ambos, docente e discentes tinham sobre o que significa acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico.

Dessa forma, foi elaborado um *survey* a partir da ferramenta Google Docs, entre os dias 10 e 14 de abril de 2024, contendo 10 perguntas fechadas em que os discentes puderam responder sobre suas concepções no ambiente acadêmico sobre como a universidade entende o papel da acessibilidade, do capacitismo e de como a academia prepara o profissional para perpetuar ou não essas visões tanto no ambiente interno da universidade quanto externamente.

Dos 34 alunos que fazem parte das turmas B e D, somente 14 alunos responderam ao *survey*. O que nos dá um número aproximado de 45% do total de alunos das duas turmas que responderam ao questionário. A primeira pergunta que se referia à faixa etária dos estudantes. 70% dos estudantes responderam que se encontram na faixa etária dos 19 aos 25 anos de idade, 10 % responderam entre 17 e 19 anos e 20% entre 26 e 30 anos de idade.

A segunda pergunta se referiu aos gêneros que se identificam os discentes. 45% responderam gênero feminino, 45% ao gênero masculino e 10% responderam "outro". O que mostra que temos entre os estudantes alunos que não se identificam com padrões de gênero socialmente instituídos.

A terceira pergunta se referiu às condições econômicas envolvendo os estudantes. 85% dos discentes responderam que a renda familiar varia entre 1 e 5 salários mínimos, 15% afirmaram que varia entre 5 e 10 salários mínimos, nenhum dos discentes respondeu que a renda familiar é acima dos 10 salários mínimos.

A quarta pergunta quis conhecer dos estudantes se eles, no ambiente acadêmico se depararam com colegas que possuem necessidades especiais. 100% dos estudantes responderam que não conheciam entre seus colegas, alguém que tinha necessidades especiais, nenhum dos estudantes responderam conhecer. Isso mostra que o ambiente acadêmico em que os estudantes

estão inseridos não conta com discentes portadores de necessidades especiais, ao menos na turma em que se encontram.

A quinta pergunta do *survey* buscou conhecer dos estudantes se eles conheciam entre os professores algum deles que era Portador de Necessidades Especiais. Novamente, 100% dos estudantes afirmaram que não conheciam se os professores eram portadores de deficiência.

A sexta pergunta do questionário indagou os discentes se eles acharam que os programas das disciplinas que eles encontravam na universidade olhava para a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais. 90% dos estudantes não souberam responder se isso de fato ocorriam e 10% afirmaram que os programas não sabiam disso.

Na sexta pergunta, foi pedido para que eles explicassem porque achavam que as disciplinas não eram inclusivas. Somente um discente respondeu ao afirmar que em disciplinas como fotografia e ou televisão, as disciplinas não são preparadas para ter pessoas com deficiência visual por exemplo.

Na sétima pergunta, o questionário perguntou se a universidade pensa na inclusão de pessoas com deficiência, com relação ao acesso. Para 100% dos estudantes, eles afirmaram que sim. O que mostra como Vendramin (2019) afirma que a concepção de acesso é plenamente reconhecida a partir de sua dimensão arquitetônica, mas, muito mais como uma visão sobre o papel da inclusão ambiental (materialmente falando) do que incluído propriamente dito.

A oitava pergunta, questionou os discentes sobre se as visões que eles têm da pessoa com deficiência é favorecida ou não pelos preconceitos que eles possuem. 90% dos estudantes afirmaram que o preconceito que eles possuem sobre a pessoa com deficiência limita as visões sobre a capacidade que elas têm.

A nona pergunta do *survey* questionou os discentes se eles acham que a academia estereotipa a visão do portador de deficiência. 100% dos estudantes afirmaram que sim. Isso mostra como afirma Marchezan e Capanedo (2021) e Campbell (2004) como o capacitismo é, de fato, uma condição que espelha culturalmente a visão de que as pessoas com deficiência não teriam a possibilidade de fazer ou não alguma coisa.

A décima pergunta questionou os estudantes se o ambiente profissional do jornalista se preocupa com a inclusão de pessoas com deficiência na rotina produtiva. E, novamente, 100% dos estudantes afirmaram que não há uma preocupação do jornalismo e dos jornalistas em incluir pessoas com deficiência em seu quadro de profissionais.

Considerações finais

Se em um primeiro momento, buscamos conhecer aqui a forma como as sociedades se conhecem e se auto reconhecem isso significa dizer que elas levantaram padrões, conceituações e objetivos ideias para que elas se desenvolvessem. Ki-Zerbo (2010) mostra que a evolução das sociedades africanas nesse sentido espelhou os ideais de uma sociedade e como ela deveria ser representada socialmente.

E como tal, milênios se passaram civilizações cresceram, desapareceram, mas, seus ideais de perfeição foram se aperfeiçoando, a sociedade precisou representar seus objetivos, através da cultura, da moral, da construção social do que acredita. Barthes (1982) explica que esse é um processo sem volta porque a partir do momento em que uma sociedade idealiza seu objetivo ela mitifica essa realidade e como tal isso é repassado geração através de geração.

Ou seja, dessa forma não podemos deixar de considerar que, quando se mitifica uma realidade, se aplica nela concepções que podem, inevitavelmente, se transformarem em circuitos de violência estrutural. Galtung (1984) ao dizer que é complicado reconhecer quem é o ativo e o passivo na relação, deixa claro a dificuldade que é considerar por exemplo, como as nossas concepções sobre pessoas com deficiência padronizam a forma como entendemos a própria deficiência.

Sônia Pessoa (2018) nos mostra que a compreensão sobre deficiência e capacitismo ajuda, sobretudo, a encontrar os diversos liames com que compreendemos linguisticamente, formas de reconhecer e representar a deficiência. O que, segundo a autora, evidencia que termos como aleijado, incapaz, entre outros, reforcem, e estruturam formas de compreensão e repercutam violências estruturais, inclusive nas práticas de ensino dessas deficiências.

Nesse sentido, a representação social se apresenta como um processo de mediação socio-técnica tanto quanto social (Braga, 2012). Porque desenvolvemos a necessidade de representar o ideal e nesse sentido preconceitos são construídos em relação a tudo o que envolve a sociedade e, em especial, às pessoas com deficiência.

Nesse trabalho buscamos mostrar que a evolução da representação social e midiática do ideal humano em relação às pessoas com deficiência gera o que a gente chama de capacitismo – como afirma Marchesan e Carpenedo (2021) uma visão recheada de preconceitos e concepções sobre o que culturalmente acreditamos que uma pessoa com deficiência pode ou não fazer

E isso se espelha em todas as dimensões da vida social do indivíduo, mas, seus efeitos começam a ser sentidos desde antes, e são reforçados em suas dimensões pedagógicas. Ainda que diversos autores mostrem como a formação dos professores precisa entender o papel da inclusão para além da ideia de acessibilidade. Esta ainda se mostra uma barreira tanto para quem ensina quanto, para quem precisa aprender a respeito.

Assim, o *survey* desenvolvido envolvendo os estudantes do curso de Jornalismo, na disciplina de Jornalismo Digital I da Unesp só reforçou que a visão que estudantes e docente possuem sobre como a academia e como a profissão de jornalista retrata a pessoa com deficiência. Para os discentes, nota-se que acessibilidade e inclusão são questões bastante complexas e que seus reflexos não serão facilmente deixados de lado tanto no ambiente acadêmico, quanto fora dele.

Referências

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1982

BRAGA, J.L. Circuito vs Campos Sociais. 2012. In MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., e JACKS, N., orgs. **Mediação & midiatização** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, 328p.

- CARVALHO, S. M. C R. de. **Representação Social da Pessoa com Deficiência Frente à Exclusão / Inclusão**. 2007. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
- CAMPBELL, F. K. **Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory**. *Disability & Society* 23:2, 2008: 151-162.
- COELHO, E. B. S., GRÜDTNER, A. C. L., LINDTNER, S. R. (orgs). **Violência: Definições e Tipologias** [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 32 p.
- CONTI, T. V. **Armas, Guerras e Instituições: os Estados Unidos, 1840-1940**. Tese de Doutorado defendido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- DAMASCENO, A. Tessituras histórico-políticas da inclusão de estudantes com necessidades especiais: da educação especial à educação inclusiva. In: COSTA, VALDELÚCIA (org.). **Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. Niterói, Educação e vida nacional, 2011.
- GALTUNG, J. **Peace by Peaceful Means**. London: SAGE, 1996.
- GALTUNG, J. **Twenty five Years of peace research: Ten challenges and some responses**. Berghof Stiftung Winklerstr. 4A. 1000. Berlin, 33. 1984.
- JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. Volume I. Metodologia e pré-história da África Brasília, DF: UNESCO; Ministério da Educação, 2010. 930 p.
- KUPPERS, P. **Disability and contemporary performance: bodies on edge**. Cornwall: TJ International, 2004.
- LOPES, F. **Os conceitos de paz e violência cultural: Contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos**. *Athenea Digital*, 13(2), 169-177; 2013.
- MARCHESAN, A; CARPENEDO, R. F. **Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência**. *Revista Trama*. Volume 17. Número 40. Ano 2021.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- MOSCOVICI, S. **A representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar 1978.
- PESSOA, S. C. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas / Sônia Caldas Pessoa**. – Belo Horizonte (MG): PPGCOM, 2018. 120 p.
- SANTOS, J. P. L. S. CAVALCANTE, V. C. SOBRAL, M. P. O. **Educação Inclusiva e a formação de professores no município de Penedo/AL**. UNIT, Sergipe, 2018.
- SANTOS, N. F. dos; SOUZA, J. **Capacitismo no ambiente escolar: implicações para alfabetização científica do estudante com deficiência**. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/35441/pdf> acesso em 17/06/2024.
- SILVEIRA, A. C. M. **Representações Midiáticas, Memória e Identidades**. 2004. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/114207024209518791716507656874190840072.pdf>> acesso em 16/06/2024.
- STIEGLER, B. **The age of disruption: technology and madness in computational capitalism**. 1ª ed. Polity 2019.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são**, vol. I. Florianópolis. 3. Ed. Insular, 2012.
- VENDRAMIN, C. **Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo**. 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389> acesso em 18/06/2024.